

Documentos de uma era comemorativa brasileira? Notas sobre o surgimento das "narrativas jornalísticas da história"

RODRIGO BRAGIO BONALDO*

Relembrar o passado é crucial para o nosso senso de identidade. Modos diferentes de fazê-lo – maneiras distintas de acessar a memória coletiva – tendem a resultar na fragmentação das identidades, cuja relação com as experiências vividas é igualmente racionada entre diferentes grupos. Com isso se modificaria a topografia do passado, antes imaginado quase uno, agora aparentemente dividido entre as constelações de interesses existentes no presente. Tal “especialização do tempo” já fora intuída décadas atrás pelo trabalho clássico de Maurice Halbwachs. Não é por nada que esse possível não equilíbrio entre a multiplicidade das memórias coletivas, sinal de uma certa *tendência federativa da memória*, tenha sido considerado pelo sociólogo francês – como bom discípulo que era de Émile Durkheim – enquanto um sintoma de anomia social (HALBWACHS, 1994: 290).

Pesadelo dos funcionalistas, essa tendência, ironicamente, parece ser hoje uma realidade estrutural. *Federação da memória*: como pensa Jacy Seixas, ela figura entre os “fenômenos maiores da nossa atualidade” (SEIXAS, 2001:101). É essa diversificação das subjetividades que possibilita a implosão interna dos modos de representação, das formas de pensar, narrar e agir sobre, por exemplo, os 500 anos do Brasil.

Seria possível, então, imaginar uma narrativa histórica que responda a esse quadro de fragmentação da memória, que fale aos anseios de um e de outro grupo, que, fazendo um conjunto de associações, oscile, de modo espontâneo ou retoricamente planejado, entre enredos correspondentes à formação de diferentes identidades sociais, propondo com eles alguma sorte de síntese integradora?

Difícilmente encontraríamos algo assim dentro da academia. O paulatino abandono de conceitos como Estado e Nação, ao longo do século XX, em especial através da história das mentalidades e da história cultural que a seguiu, retirou do discurso acadêmico seu outrora central *princípio explicativo*. No Brasil, José Murilo de Carvalho reconhece que uma das modificações mais fundamentais da escrita da história

ao longo do século XX foi, precisamente, a perda da temática do “Estado Nacional”. (CARVALHO, 1999: 451)

Afastando-se dos temas nacionais, os acadêmicos, no processo de constituir sua autoridade científica, negligenciaram não apenas seus antigos “interesses antiquaristas”, mas, também, como demonstrou Stephen Bann, criaram instrumentos conceituais capazes de limitar o “acesso imediato à percepção”, combinados como eram, a sua maneira, dentre fortes elementos emocionais (BANN, 1990: 109-110). Em outras palavras, a história divorciou-se da memória.

Por trás de tudo isso talvez esteja uma concepção de história que foi tanto relativizada pela academia, mas que ao que indica continua muito viva no senso comum. Ora, mesmo o historiador profissional, quando precisa vender um projeto a um público não especializado, corre o risco de ser pego repetindo a melopéia ciceroniana da *historia magistra vitae*. Ainda mais uma vez, mesmo com certo ar de constrangimento, falamos da “História vista segundo sua instrumentalidade para a compreensão do presente e encaminhamento do futuro”, escrúpulos certamente íntimos “àqueles que no Brasil se lançaram”, um dia, “à tarefa de escrever uma história nacional” (GUIMARÃES, 1988:12-15).

Seguindo o caminho inverso, “a cientifização não colocaria o pensamento histórico em contradição com sua função de orientação da vida prática?”(RÜSEN, 2001: 126). A questão levantada por Rüsen remete ao relacionamento do historiador com as grandes audiências. Na medida em que o vocabulário do especialista, seus procedimentos metodológicos e sua carga conceitual afastam mais e mais o público de sua memória, centrando-se em descontinuidades capazes de transformar o passado num país estranho, então a função historiográfica de suprir as carências de orientação dos homens no tempo corre o risco de se tornar uma quimera irrealizável.

Toda escrita da história – unindo-se, quem sabe, à alta literatura, à arte de vanguarda ou mesmo à filosofia – serviria doravante para promover a perversão das identidades tradicionais? (NORA, 1992/1997. 4712) Como se ao historiador coubesse a tarefa indecorosa – ou mesmo enfadonha – de sussurrar constantemente nos ouvidos da memória “ei, não foi bem assim”?

Talvez não. O desenvolvimento da historiografia acadêmica, de seu lugar social, modo de recrutamento e procedimentos de análise específicos, possibilitou, por uma

determinação negativa, a demanda por um tipo não pretensamente científico de redação sobre o passado. Esses historiadores não-acadêmicos derivariam sua função daquilo que os profissionais não fazem, não interessam fazer, ou simplesmente não pretendem mais fazer. É o que pensa Nicholas Lemann, jornalista americano e autor de diversos livros sobre história. Lemann destacou que “os não-acadêmicos tão somente preenchem um vazio criado de livre e espontânea vontade pela própria academia”: a das narrativas, biográficas ou não, centradas em figuras de destaque (LEMANN, 1995: 790).

Estará esse tipo de representação do passado novamente tocando no problema dos exemplos, como se quisesse reeditar a concepção segundo a qual a história seria “um cadinho contendo múltiplas experiências alheias, das quais nos apropriamos com um objetivo pedagógico” (KOSELLECK, 2006. 42) ? Não é preciso muita reflexão para responder positivamente. Mas o que há de errado, de todo modo – se o país demonstra – como se justifica o escritor – querer e dar resposta a esses livros? (LEMANN, 1995. 790)

A maioria dos não-acadêmicos – acrescenta Lemann – passou grande parte de suas carreiras ganhando a vida como repórteres. Providos de um instinto jornalístico pela estória, não buscam primordialmente contribuir para a disciplina ou o discurso histórico, mas, sobretudo, atrair leitores, de modo que possuem duas preocupações fundamentais. A primeira seria compor seus textos em uma estrutura narrativa (entendida pelo autor como aquela dotada de sujeitos da ação concretos e individuais, isto é, “personagens” no sentido mais usual). A segunda, e ainda mais importante, alinhar esses escritos a temáticas e problemas “obviamente relevantes para o tempo presente” (LEMANN, 1995. 790-792).

O exemplo de Lemann poderia ser estendido ao caso brasileiro. Assistimos, na última década, ao aquecimento vertiginoso do mercado editorial de não-ficção tendo como carro chefe os livros de história escritos por jornalistas. Esse “surto de obras fronteiriças” já fora notado por Raquel Glezer e Sara Albieri (GLEZER e ALIBIERI, 2009). Aliadas a esse fenômeno, as efemérides, essas datas que obrigam a lembrar o passado toda vez que nos deparamos com seus múltiplos de cinco – 100 da *Origem das Espécies* de Darwin, 55 anos da Segunda Guerra Mundial, 20 anos da queda do Muro de

Berlim... – dispõe ocasiões comemorativas. Ocasões que são integradas dentro da mercadologia jornalística e editorial a partir da noção de gancho (GOMES, 2007. 14)¹.

Por sua vez, entretanto, a academia em geral – e os historiadores, em particular – mostraram-se reticentes diante dos desígnios da comemoração. “*O que comemorar?*” não era questionamento incomum em revistas, encontros e textos de ciências humanas durante a efeméride dos 500 anos (CHAUÍ, 2000). Com certeza também não foi um fenômeno exclusivamente nacional. “A disciplina sim quer comemorar”, escreveu Eelco Runia, “mas mantém-se com um pé atrás pelo medo de que, de algum modo, seja um tanto impróprio ceder a esse desejo” (RUNIA, 2007: 315).

O historiador brasileiro José Jobson de Andrade Arruda talvez apareça como um exemplo dessa hesitação. O seu *trágico V centenário do descobrimento do Brasil: comemorar, celebrar, refletir*, em todos os aspectos um panfleto anti-comemorativo, pode ser encarado como uma instância paradigmática desse posicionamento intelectual (ARRUDA, 1999).

Conjurar o passado, assinalar identidades, propor origens, celebrar a comunhão memorial em torno de nosso presente: seriam esses projetos conciliáveis diante da carga teórico-metodológica desenvolvida pela ciência histórica ao longo do último século? A verdadeira tragédia da historiografia parecia ser, agora, a necessidade de conviver com as demandas inadimplíveis da memória, com esse fardo indesejável do presente.

Comemorações diferentes, essas da passagem do milênio. Segundo Oliveira, “a virada do século XX pode ser caracterizada pela consciência da globalização e da velocidade do tempo” e sua aparência não era mais desenhada pelo Estado Nação, mas sim pela mundialização de capitais, avanço das telecomunicações, encurtamento das distâncias e derrubada dos muros (OLIVEIRA, 2000. 183). Eram tempos de neoliberalismo e privatizações. Eram tempos de aceleração histórica, de um “rápido e crescente deslize do presente num passado histórico que já foi tarde”, seguido da “percepção geral de que todas as coisas podem desaparecer” (NORA, 1984. 1). Seguido,

¹ Laurentino Gomes explica-nos o conceito. No vocabulário das redações essa expressão significaria “motivo ou oportunidade para que uma reportagem seja publicada”. Gomes também alega que chegou inclusive a ter sua obra temporariamente cancelada “por falta de gancho”. Essa idéia, na verdade, exemplifica mais do que isso. Ela permite que um tema, usualmente visto como sendo desprovido de “interesse público”, seja atualizado no presente. A aparição ou ausência de um gancho jornalístico, como determinação de um lugar, permite ou proíbe. Traduzido ora como o “obviamente relevante para o tempo presente”, ora pela interdição econômico-editorial frente a uma má avaliação do mercado, ele parece ser a *característica inicial* da narrativa jornalística da história.

em outras palavras, por ondas de memória e comemoração, debates sobre patrimônio e preservação ambiental. Seguido, em outras palavras, por um certo *desejo de presença*, continuidade material, sensível ou mesmo sensorial desse passado ameaçado pela aceleração, pela mudança frenética, pelo consumismo da novidade e pelo descarte do obsoleto.

Ao que parece, com o distanciamento da academia em relação às questões identitárias e de afirmação da nacionalidade, “o consenso, a unidade nacional”, como escreveu Lucia Lippi Oliveira, “não dependiam mais dos intelectuais patriotas, mas substancialmente dos índices de audiência” (OLIVEIRA, 2000. 194-196). A mídia, seja impressa ou televisiva, assumiu o papel de mestre-de-cerimônias, com as organizações Globo destacando-se dentre as demais empresas de comunicação (RODRIGUES, 2007. 182-183). Eneida Leal Cunha tem visão semelhante. “Apenas quando foram convocadas as redes de TV”, lembra, “os ‘500 Anos’ se tornaram um fato com repercussões no todo social” (CUNHA, 2002. 7). Para a crítica, esse recurso permitiu às celebrações serem rapidamente “assimiladas pelo discurso publicitário, *com algumas soluções estéticas e mercadológicas*” (Idem, *ibidem*).

Com parte considerável da opinião pública cada vez mais desconfiada dos festejos oficiais (ou pelo menos assim imaginavam diversos “homens da mídia”), essas *soluções estéticas* não demorariam por ter seu caminho livre de obstáculos *mercadológicos*. “Como fruto da exigência de formatação do discurso científico como uma imposição do campo jornalístico”, afirmava Denise Cogo, “emerge ainda, no campo enunciativo dos 500 anos, o jornalista-historiador”, segundo a autora “espécie de híbrido ao qual é atribuído, de forma privilegiada, a tarefa de revitalização da historiografia” (COGO, 2002. 8-9).

Por essa época, uma grande quantidade de reportagens eram planejadas pelos principais veículos de comunicação brasileiros. O grupo Abril lançou sua própria “Coleção Brasil 500 anos”, com encartes e sobrecapas inseridos nas principais revistas da empresa. A semanária *IstoÉ*, seguindo a tendência, publicou um *Atlas Histórico*. Documentários, programas e especiais eram preparados por diversos canais de televisão do país. A Rede Globo desenvolveu um ambicioso projeto comemorativo, o qual, segundo Laércio Rodrigues, se manteve em harmonia “com o ideário dos ‘500 anos’ delineado pelo governo federal: celebração da diversidade cultural e étnica do país, sem

espaço para os conflitos e desigualdades que pontuaram nossa história” (RODRIGUES, 2007: 186).

Muitos ainda devem recordar daqueles ponteiros no meio de uma esfera azulada, horas e minutos em cor branca, segundos em amarelo, o último com a forma de uma flecha que apontava para o mapa do Brasil. Servindo de mostruário do imenso relógio, o território brasileiro, saltando aos olhos nas cores da natureza, era o centro simbólico do mundo. Com o “olho pregado” nas setas comemorativas, cujo passo contava os dias que faltavam para o 22 de Abril, esquecia-se facilmente que nem todos se sentiam agraciados com a herança de cinco séculos. Outras setas, essas saídas de arcos indígenas, logo alcançariam um dos 27 monólitos globais plantados em cada uma das capitais brasileiras².

A TV Globo, assumindo o papel de “historiadora”, não conseguia integrar todos os habitantes da *federação da memória* em sua narrativa das origens (RODRIGUES, 2007: 187). De todo modo, a efeméride dos quinhentos anos, sua comemoração – recebida ora com um consentimento lúdico, ora com ares trágicos – ganhava forma rapidamente através da mídia; dos debates televisivos às colunas de jornal, das entrevistas alongadas ao evocar incessante dos intelectuais chamados à opinião, sempre *fast thinkers*, mas nem sempre com algo relevante para dizer.

Com toda a imprensa em breve pautando-se pela efeméride, o mercado editorial começou a se animar com antecedência. Publicações de história logo varreriam os quatro cantos do Brasil, e os editores sabiam disso. Poucos anos antes do aniversário do descobrimento, uma dessas publicações, originalmente pensada para um matutino regional, chamaria a atenção de jornais do centro do país. Eduardo Bueno, que ainda trabalhava para a Zero Hora de Porto Alegre, propôs aos seus editores uma coleção de fascículos contando a história do Brasil, do pré-Descobrimento aos dias atuais. Dotado de um projeto gráfico e edição repleta de imagens, fotos, *colunas laterais* e ilustrações a cores, a publicação teve importante sucesso, sendo inclusive reeditada pela Folha de São Paulo e O Globo.

Mais “iniciativa do que diretiva”, a “presença do Estado” na lógica comemorativa contemporânea era, aos olhos dos jornalistas, assim como foi aos do historiador Pierre Nora, muito discreta se comparada à ação da imprensa aliada a todas

² “índios descarregaram sua fúria sobre o relógio dos 500 anos”. Zero Hora, 24 de abril 2000, p 48.

as suas mídias: televisiva, radiofônica, digital e, porque não, editorial impressa (NORA, 1992/1997: 4692). De uma política pública da memória, chegamos às comemorações como parte de uma economia midiática do presente.

Múltiplas origens: essa era a principal demanda dos habitantes da *federação da memória* brasileira. O fardo de um presente fendido, orientado, especializado em diversos grupos, era ter de atualizar um passado que parecia ter sua identidade, por si só, fragmentada. “A economia midiática do presente” que não cessa de “produzir e consumir o acontecimento” transformou o próprio tempo em mercadoria (HARTOG, 2003. 127). Enquanto filão mercadológico, essas reivindicações da memória (sua urgência por suprir a carência de orientação dos homens numa narrativa que representasse sua continuidade no fluxo do tempo) tendem a ser atendidas por aqueles que possuem as melhores condições materiais de supri-las. E o que não é a narrativa jornalística da história, como bem afirmou um dos seus precursores, senão “um produto para o mercado”? (BUENO, 2010).

Esse esforço envolve – de modo jamais desconexo – contatos editoriais, disponibilidade de vender sua força de trabalho intelectual, “capacidade de redação” (ou sua adequação estética aos padrões do mercado) e sensibilidade às questões do presente. Como escreveu Pierre Nora, notamos que “a história do presente faz conscientemente surgir o passado no presente (e inconscientemente surgir o presente no passado)” (NORA, 1974. 225).

Curiosamente, ao que parece, essa história que não mais era uma sucessão erudita de nomes pomposos e datas notáveis não viria ao reboque de um conjunto de hipóteses a serem verificadas, questões originais formuladas às fontes, problemas pensados em um quadro mais amplo do que a narrativa de seus próprios eventos. Não, bem pelo contrário, Eduardo Bueno – assim como lhe seguiria Laurentino Gomes e mesmo Élio Gaspari – parecia rejeitar a reflexão teórica como se ela fosse uma barreira para o entendimento do grande público, sinal da “pernósticidade” acadêmica que buscava tanto fugir.

Sem os instrumentos de mediação com o passado, rejeitados como pedantismo formal, a escrita da história vagaria às cegas diante de um presente quase eterno? Incorreria naquilo que Michel de Certeau chamou de “sonambulismo teórico” de uma prática sem teoria, desembocando, “mais dia ou menos dia, no dogmatismo de ‘valores

eternos’ ou na apologia de um ‘intemporal’”? (CERTEAU, 200. 66). Neste caso, estaríamos falando também de *presentismo*. Não no sentido mais comumente utilizado hoje (aquele relacionado ao tempo imediato, à historicização do presente), mas, como em uma curiosa inversão temporal, na *presentificação do passado* através da inserção de valores que lhes são estranhos. Valores pertencentes ao senso comum de um narrador que não se dispôs, como queria Bernard Bailyn, em posição de “controle crítico”, tarefa sem a qual caímos num “óbvio tipo de presentismo, que na pior das hipóteses transforma-se em doutrinação por exemplo histórico”(Apud WOOD, 2008. 293).

Esse “princípio anti-teórico”, ao que parece, é a força e a fraqueza da narrativa jornalística da história. Lembremos que para Rüsen, uma “narrativa histórica torna-se especificamente científica quando obedece a uma regra que imponha ao narrador (historiador) explicitar e fundamentar os critérios (e idéias) que determinam, para ele, a instituição de sentido” (RÜSEN, 2001. 120). Emancipado dessas regras e imposições, recusando-as como meros aborrecimentos lingüísticos, a escrita jornalística não abandonaria também todos os mecanismos capazes de defendê-la do fardo do presente, da invasão pouco criteriosa de instituições de sentido impróprias e anacrônicas?

Presentismo e comemoração são dois conceitos que se entrecruzam. Como declarava Pierre Nora no encerramento de seu projeto sobre os lugares de memória: “É o presente que cria seus instrumentos de comemoração”³. Sim, o presente, a temporalidade na qual se opera o ato de lembrar: seja pela rememoração individual, seja, como nos interessa aqui, *comemorando coletivamente*⁴. A “era comemorativa”, sorvendo os lugares de memória, visava, talvez, solucionar o problema da distância; distância cavada não apenas entre memória e história, mas principalmente sentida entre a *memória como prática social* e a memória taxidermizada (NORA, 1984)⁵. Re-praticar o passado, suprir o vazio de sua presença, pulsão que pode ser entendida como fruto de

³ NORA, Pierre. 1992/1997. p 4696

⁴ Fica claro que o movimento negro, por exemplo, não festeja a escravidão, mas a co-memora (a relembra em conjunto) constantemente como fator de sua própria identidade. No sentido que aqui proponho, comemorar não é o mesmo que celebrar, mas lembrar de modo comum.

⁵ Por vezes chamada de “memória viva” ou “memória verdadeira” por Pierre Nora, aquela memória que, segundo ele, já não existia mais. Entendo esse conceito da seguinte maneira: se um grupo ainda possui determinada prática (como produzir vinho artesanalmente), não possui necessidade, a princípio, de dedicar a essa atividade um museu, de empalhá-la num lugar.

uma memória impedida, uma tendência à repetição, um comportamento, de certo, patológico – tal não é uma das metas claras da comemoração!⁶

Com suas vozes sempre dissonantes, alguns acadêmicos aventuraram-se no desafio de abraçar o presentismo, como se dessem de ombros às críticas anti-comemorativas descritas acima, como se ignorassem as falhas do “presentismo do presente” alardeadas por historiadores como François Hartog. Esse foi o caso do teórico alemão Hans Ulrich Gumbrecht. Em *Production of Presence*, sua obra teórica, Gumbrecht volta-se contra aquilo que chama de “centralidade incontestada da interpretação”, seqüela de um legado metafísico e cartesiano que, ao desprivilegiar a “presença” das coisas, foca-se excessivamente no “sentido” do mundo social (GUMBRECHT. 2004. p XIII). O resultado, argumenta o autor, é um crescente desejo de presença nas sociedades ocidentais, expresso nas artes, na cultura de massas e no fascínio pelo passado. O objetivo principal de seu texto, ressalta, é defender “uma relação com as coisas do mundo que possa oscilar entre efeitos de presença e efeitos de sentido” (GUMBRECHT, 2004. XV).

Sintomas de uma crise do tempo? Gumbrecht, discípulo que foi de Koselleck, admite que o “desejo de presença” está em concordância com a dinâmica temporal contemporânea – sua assimetria entre *espaço de experiência* e *horizonte de expectativa* – típica de um “cronótopo” que não mais aceita o historicismo (e a idéia de que se pode “aprender com a história”) como referência epistemológica. “O desejo de presentificação”, escreve o professor de Stanford, “pode ser associado com a estrutura de um presente largo dentro do qual queremos reter o passado e no qual o futuro está bloqueado” (GUMBRECHT. 2004. p 120-121). Mas qual o problema?

Esse “*business* de fazer o passado presente” precisa contar com a utilização de certas técnicas “que produzam a impressão (ou, de fato, a ilusão) de que esses mundos passados podem se tornar tangíveis novamente” (GUMBRECHT, 2004. 94-123). As técnicas de presentificação tendem a enfatizar a dimensão do espaço sobre a do tempo: como mostra Gumbrecht, elas visam captar subitamente uma articulação espacial com aquilo que não mais aqui está. É apenas pelo viés do espaço que podemos ter a ilusão de tocar, experimentar e sentir objetos que estão associados com um tempo que já se foi.

⁶ Ou ainda, como uma memória manipulada. Instrumentalizada, por exemplo, pelo Estado nacional, em uma tentativa de mediação entre memória individual e coletiva, através de uma identidade narrativa, formada na ação e no tempo. RICOEUR. 2007. Principalmente p 83-99.

Descrever paisagens, sabores, cheiros, esboçar possíveis diálogos, narrar em tom épico, espacializar a história e, por fim, tocar o ontem: não é isso que a narrativa jornalística veio fazer? De fato, esse elemento existe, mas a presentificação do passado não é realizada pelos repórteres exatamente como idealizou Gumbrecht. Para o teórico alemão, o objetivo principal de um estudo histórico deveria ser “confrontar estudantes com a complexidade intelectual, o que significa que gestos demonstrativos (*deictic gestures*) – ou seja, amostras da condensação ocasional dessa complexidade – são no que devemos realmente nos focar” (GUMBRECHT. 2004. 95). Se a proposta não é essa, se a teoria é desprezada, se o complexo se esfumaça numa estória que é manancial de identificações, então o que resta, senão os sintomas de uma crise do tempo? O que resta do passado presentificado, senão os próprios desígnios do presente?

Desprovida como estava dessas referências extra-narrativas, da reflexão sobre conceitos – solta em uma “prática sem teoria” – a escrita da história navegava livre para responder à pressão das demandas mnemônicas dos mais variados grupos. Poderia vagar com propriedade entre a aventura e a tragédia, insistir na idéia de saga para, mais tarde, falar abertamente em corrupção do judiciário. Se para isso não escapava à cronologia histórica tradicional, poderia com ela iluminar períodos hoje pouco lembrados, resgatar episódios obscuros e descrever personagens não recorrentes nos livros didáticos da atualidade.

Se o próprio motivo da emergência da narrativa jornalística da história é o fenômeno comemorativo – o instante no qual os relógios da nação ressoam aos chamados da memória – por outro lado essa efeméride é o momento propiciador da precipitação e do conflito entre diferentes formas de acessá-la. O Estado e a Nação, se aparecem com insistência nos escritos de Eduardo Bueno, Laurentino Gomes ou, com ainda mais força, em Leandro Narloch – se são resgatados por vezes como seus personagens – o fazem muito mais como uma *herança* tragicamente corrupta e indesejável do que como parte de um *projeto* civilizatório ou como orientador geral de uma perspectiva de futuro.

É o fardo do presente, sob a égide comemorativa, que determina os rumos da narrativa jornalística da história. A isso os profissionais das redações dão um nome específico: gancho, ou oportunidade editorial causada por um evento ou conjunto de eventos notáveis que possibilita a publicação de uma matéria; matéria antes inviável,

antes pouco interessante, antes pouco lucrativa. Para a escrita da história, talvez a efeméride seja o gancho perfeito, a data redonda, pronta, dada e assim inegavelmente capaz de transformar o passado em notícia. Paradoxo outrora insolúvel, esse de transformar o antigo em novidade, hoje ele se faz real cada vez menos a partir da estranha autenticidade dos dias que já se foram, mas cada vez mais de sua redução programada aos valores do presente. Como intuiu Carlo Ginzburg, indagado sobre a questão, “talvez o passado esteja hoje mais disponível. Mas esse é um tipo diferente de passado, e nele existe o perigo de perder algo que lhe é crucial: a distância em que se encontra nós” (GINZBURG, 2010. 13)

Referências Bibliográficas

ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O trágico V Centenário do Descobrimento do Brasil. Comemorar, celebrar, refletir*. São Paulo, Edusc, 1999.

BANN, Stephen, *The Inventions of History: Essays on the Representation of the Past* (Manchester University Press), New York, 1990

BUENO, Eduardo. *Entrevista para o autor*. Março de 2010

CARVALHO, José Murilo. *O historiador às vésperas do terceiro milênio*. In: Pontos e Bordados: escritos de história e política. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

CERTEAU, Michel De. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2 ed. 2000.

CHAUÍ, Marilena. *O que comemorar?* In: Projeto História, 20. Sentidos da comemoração. São Paulo, 4/2000.

CUNHA, Eneida Leal. *O Brasil ao alcance de todos: imagens da nacionalidade e comemorações dos 500 anos do descobrimento*. In: Semear 5. 2002. Rio de Janeiro.

GOMES, Laurentino. *1808 – Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil*. São Paulo. Editora Planeta do Brasil. 2007.

GUIMARÃES. M.L.S. *Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro. N. 1. 1988.

GINZBURG, Carlo. *Entrevista para o autor*. In: BONALDO, R. B. . Muito além de Queijos e Vermes. Revista Norte, Porto Alegre - Brasil, v. 17, p. 12 – 15. dez. 2010.

GLEZER, Raquel; ALBIERI, Sara. *O campo da história e as 'obras fronteiriças': algumas observações sobre a produção historiográfica brasileira e uma proposta de conciliação*. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, v. 48, p. 13-30, 2009.

- GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Production of Presence: What Meaning Cannot Convey*. Stanford: Stanford University Press, 2004.
- HALBWACHS, M. *Cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Albin Michel, 1994.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à Semântica dos tempos históricos*. Contraponto, PUC-rio. Rio de Janeiro, 2006.
- LEMANN, Nicholas. *History solo: non-academic historians*. The American Historical Review, Vol 1. 100, No.3. (Jun, 1995).
- NORA, Pierre. *Le retour de l'événement*. In: *Faire de l'histoire*. Paris. Gallimard. 1974. T.1.
- NORA, Pierre. *Entre mémoire et histoire*. In: *Les Lieux de Mémoire*. Paris: Gallimard, 1984, v. 1.
- NORA, Pierre. *L'ére de la commémoration*. In: *Les Lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1992/1997, v. 3.
- RICOEUR. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP. Editora da Unicamp. 2007
- RODRIGUES, Laécio Ricardo de Aquino. *Intelectuais, Mídia e Estado nas Comemorações dos "500 Anos" do Brasil*. Ten. Mund, Fortaleza, V. 3. N. 5. Jul/dez. 2007.
- RUNIA, Eelco. *Burying the dead, creating the past*. In: *History and Theory*, 46. October 2007.
- SEIXAS, Jacy Alves de. *Halbwachs e a memória-reconstrução do passado*. In: *História*, São Paulo, 20. 2001
- WOOD, Gordon. *The Purpose of the Past: reflections on the uses of history*. New York: The Pinguin Press. 2008